

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº DE 2019

(Do Sr. Patrus Ananias, Nilto Tatto, Marcon, Valmir Assunção e Carlos Veras)

Requer realização de audiência pública para debater os conflitos fundiários em nosso País.

Sr. Presidente,

Requeremos a V. Exa., nos termos dos artigos 24, inciso III, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja realizada Audiência Pública, para debater os conflitos fundiários em nosso País, tendo os seguintes convidados:

- Coronel João Miguel Souza Aguiar Maia de Sousa - Ouvidor Agrário Nacional

- Elias D'Angelo Borge - Secretário de Política Agrária

- Dra. Deborah Duprat – Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão

- Luciana Pivatto - Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos

- Carlos Walter Porto Gonçalves, O professor e geógrafo da Universidade Federal Fluminense (UFF)

- Antônio Canuto - Secretário nacional da Comissão Pastoral da Terra

JUSTIFICAÇÃO

A cada seis dias, um ativista que lutava por terra ou defesa do meio ambiente foi assassinado, em média, no Brasil, em 2017. No total, foram 57 vítimas, segundo dados divulgados nesta terça-feira pela organização internacional Global Witness. É o maior número já registrado pela organização, que anualmente pesquisa mais de 20 países. Em todo o mundo, foram 207 vítimas em 2017.

Em anos anteriores, os números brasileiros foram menores: 29 vítimas em 2014, 50 em 2015 e 49 em 2016. São, sobretudo, mortes em locais onde há conflitos pela posse da terra.

A maior parte dos casos continua em investigação e ainda não foi esclarecida, segundo levantamento da bbc news brasil junto a tribunais de justiça, ministérios públicos e polícias civil e federal.

A exceção são os dois principais crimes no campo ocorridos em 2017: as chacinas de pau d'arco (pa), em maio, e colniza (mt), em abril, consideradas as piores do brasil nos últimos vinte anos.

No caso do massacre de pau d'arco (pa), com dez vítimas, 17 policiais militares e civis foram denunciados. a maioria deles foi presa em julho de 2017 - e solta em junho passado pelo supremo tribunal de justiça. já na chacina de colniza (mt), que teve nove vítimas, cinco pessoas foram denunciadas - parte delas está foragida.

Em ambos os casos, porém, não há previsão para julgamento.

Mortes em conflitos pela posse da terra e na amazônia

O critério da global witness para considerar uma pessoa como ativista é se ela atuava de forma pacífica para proteger o direito a terra ou o meio ambiente.

Entram nessa categoria, por exemplo, sem-terra, pequenos posseiros e trabalhadores rurais ameaçados por madeireiros, grileiros (que ocupam terras públicas ilegalmente) ou proprietários rurais que contratam grupos armados.

"Esses ativistas defendem direitos humanos reconhecidos internacionalmente, como o direito a um meio ambiente saudável, de participar na vida pública, de protestar e o direito à vida. Assim, eles são um subconjunto dos defensores de direitos humanos, que os governos são obrigados a proteger, conforme previsto em declaração das nações unidas", afirma a global witness.

No Brasil, os casos estão concentrados na Amazônia. em 2017, de cada 10 homicídios registrados pela global witness, oito ocorreram na Amazônia Legal (que engloba a região norte, Mato Grosso, Piauí e parte do Maranhão). Essa é, justamente, a área do Brasil com mais áreas sem regularização fundiária e em disputa. Não se tratam, porém, de mortes na floresta, mas sim em zonas desmatadas nas bordas da Amazônia, onde há interesse econômico. principalmente, em Rondônia e no leste do Pará.

No início do Governo Temer a comissão nacional de combate a violência no campo teve seus trabalhos extintos, restando somente a ouvidoria do Incra. Com a edição da medida provisória 870, os trabalhos de identificação e demarcação de terras indígenas tiveram suas ações transferidas do Ministério da Justiça/Funai para o Ministério da Agricultura/Incra e público o alto índice de conflitos com indígenas nos processos de demarcação dos seus territórios. A realização dessa audiência tem o objetivo de debater o planejamento da ouvidoria agrária para tratar desses conflitos.

Sala da Comissão, em abril de 2019.

Patrus Ananias

Deputado Federal PT/MG

Nilto Tatto

Deputado Federal PT/SP

Marcon

Deputado Federal PT/RS

Carlos Veras

Deputado Federal PT/PE

Valmir Assunção

Deputado Federal PT/BA

João Daniel

Deputado Federal PT/SE